



**ACÓRDÃO Nº217/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11705/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Lino Jose de Souza Chixaro (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Advogado:** Mariana Serejo Cabral dos Anjos Bessa - 5985 e Francisco Tullio da Silva Marinho - A-901
- 7- **Unidade Técnica:** DICA1
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 587/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS, referente ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Lino Jose de Souza Chixaro**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, 22, II da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, II, da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Lino Jose de Souza Chixaro** no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 53, parágrafo único da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002. Devendo ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio



**ACÓRDÃO Nº217/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - **Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Desde já, fica autorizada a DERED a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

**10.3. Recomendar** à Companhia de Gás do Amazonas - Cigás, conforme art. 188, § 2º, do Regimento Interno do TCE/AM, que:

**10.3.1.** Mantenha atualizado o inventário dos bens do ativo imobilizado;

**10.3.2.** Implemente o setor de Controle Interno no âmbito da CIGÁS, sob pena de aplicação de multa ao responsável pela reincidência no descumprimento de recomendação deste Tribunal;

**10.3.3.** Adote imediatas providências quanto o baixo nível de rotatividade dos negócios, reduzindo o tempo de retorno de investimento;

**10.3.4.** Atente ao disposto no art. 37, II da CF/88;

**10.4. Determinar** à Comissão de Inspeção deste TCE/AM do exercício vindouro que verifique se:

**10.4.1.** As pendências de conciliação contábil referentes às contas a pagar foram sanadas;

**10.4.2.** As reuniões do Conselho Fiscal estão ocorrendo com periodicidade;

**10.4.3.** O atendimento do disposto no art. 37, II da CF/88;

**10.5. Dar ciência** ao Sr. Lino Jose de Souza Chixaro e ao atual gestor da CIGÁS;



**ACÓRDÃO Nº217/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.6. Arquivar**, após cumpridos os itens anteriores, nos termos do Regimento Interno do TCE/AM.

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de Abril de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente, em substituição

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral